

Divisão Académica

***Licenciatura  
2015-2016***

***INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I/II – TURMA B***

***PROF. DOUTOR LUÍS DE LIMA PINHEIRO***

**Sumário – *Summary***

Os objetivos principais da disciplina são: transmitir aos alunos que principiam o curso uma imagem global do Direito, mediante a determinação da sua posição e funções no sistema social, das suas relações com o Estado e do seu conteúdo valorativo, bem como o conhecimento de um conjunto de noções gerais, prévias e comuns aos diferentes ramos do Direito; iniciar os alunos no raciocínio jurídico e estudar os modos de conhecimento e de pensamento jurídico, a metodologia da Ciência do Direito.

The main objectives of the course are: communicate to the students beginning the law graduation a global image of law, through the determination of its position and functions in the social system, of its relationships with the State and of its value content, as well the knowledge of a set of general notions, previous and common to the different law branches; initiate the students into legal reasoning and study the modes of knowledge and legal thinking, the methodology of the Science of Law.

**Programa**

**DO DIREITO I**

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO**

## Divisão Académica

### PARTE I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

#### TÍTULO I – A ORDEM JURÍDICA

##### CAP. I – A ORDEM SOCIAL

1. O Direito como fenómeno humano e social
2. Grupo e sociedade
3. Sociedade e ordem social
4. Componentes fáctica e normativa da ordem social
5. Ordem social, natureza e cultura
6. Ordem social e comunicação
7. As instituições sociais
8. Ordem social, conflito e evolução
9. Complexidade e pluralidade de ordens normativas
10. Razão de ordem

##### CAP. II – A ORDEM JURÍDICA COMO ORDEM NORMATIVA – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

11. Imperatividade e vinculatividade
12. Direito objetivo e direito subjetivo
13. A ordem jurídica
14. Direito e ordem jurídica
15. A regra jurídica
16. As fontes do Direito

##### CAP. III – DIREITO E ESTADO

17. Direito e poder
18. Direito e poder político
19. Direito e função legislativa do Estado
20. Direito supraestadual, paraestadual e infraestadual
21. Norma jurídica e sanção
22. Sanções jurídicas
23. Sanções compulsórias
24. Sanções reconstitutivas
25. Sanções compensatórias
26. Sanções punitivas
27. Sanções preventivas
28. Coercibilidade e sanção
29. Ordens jurídicas sem coercibilidade
30. A coercibilidade nas ordens jurídicas estaduais
31. Meios de tutela jurídica
32. A coercibilidade como uma das notas características da ordem jurídica estadual
33. Manifestações atuais de autotutela privada
34. Coercibilidade, validade e efetividade

##### CAP. IV – DIREITO E VALORES

35. O Direito como uma ordem dotada de “sentido”
36. A justiça
37. Jusnaturalismo, historicismo e juspositivismo
38. Tendências atuais



## **Divisão Académica**

- 39. A supremacia do Direito
- 40. Principais valores do Direito
- 41. Validade e vigência do Direito

### **CAP. V – DELIMITAÇÃO DO DIREITO FACE A OUTROS SECTORES NORMATIVOS**

- 42. Ordem jurídica e normas religiosas
- 43. Ordem jurídica e moral
- 44. Ordem jurídica e regras do trato social

### **CAP. VI – CONCLUSÃO**

- 45. A complexidade e pluridimensionalidade do Direito
- 46. Notas do conceito de Direito
- 47. As funções do Direito

## **TÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS QUE ESTUDAM O DIREITO**

### **CAP. I – NOÇÕES GERAIS**

- 48. Ciências que estudam o Direito e Ciência do Direito
- 49. Outras ciências que estudam o Direito
- 50. Política legislativa

### **CAP. II – HISTÓRIA DO DIREITO**

- 51. Generalidades
- 52. Conteúdo
- 53. A função explicativa da história
- 54. Método
- 55. Importância

### **CAP. III – SOCIOLOGIA DO DIREITO**

- 56. Objeto
- 57. Método
- 58. Importância

### **CAP. IV – DIREITO COMPARADO**

- 59. Noção de Direito Comparado
- 60. Funções do Direito Comparado
- 61. Método
- 62. Metodologia da macro-comparação
- 63. Metodologia da micro-comparação

### **CAP. V – FILOSOFIA DO DIREITO**

- 64. Conteúdo
- 65. Significado para a Ciência do Direito

### **CAP. VI – CIÊNCIA DO DIREITO**

- 66. Caracterização

## Divisão Académica

- 67. Metodologia
- 68. Teoria Geral do Direito, Ciência Jurídica Prática e Dogmática
- 69. Ciência Jurídica e desenvolvimento e aperfeiçoamento do Direito
- 70. A formação jurídica
- 71. O papel dos juristas

### PARTE II – TEORIA GERAL DO DIREITO

#### TÍTULO I – A SOLUÇÃO DO CASO POR VIAS NÃO NORMATIVAS

- 72. Modalidades
- 73. Soluções individualizadoras
- 74. A equidade como critério exclusivo de solução
- 75. A equidade complementar

#### TÍTULO II – FONTES DO DIREITO

##### CAP. I – CONCEITO DE FONTES DO DIREITO E SUA CLASSIFICAÇÃO

- 76. Preliminares
- 77. Aceções
- 78. Classificação. Referência às fontes supraestaduais internacionais e europeias
- 79. Significado dos preceitos legais sobre fontes do Direito

##### CAP. II – A LEI

- 80. A lei: noção
  - 81. Leis materiais e formais
  - 82. Lei constitucional
  - 83. Atos normativos autónomos
  - 84. Atos normativos do poder infraestadual
  - 85. Sentido das referências à “lei”
  - 86. Vícios do ato legislativo
  - 87. Publicação
  - 88. Retificações
  - 89. Entrada em vigor
  - 90. Suspensão, cessação ou termo da vigência
  - 91. Modalidades de revogação
  - 92. Lei geral não revoga lei especial
  - 93. Revogação e hierarquia das leis
- ##### CAP. III – O COSTUME E OS USOS
- 94. Noção
  - 95. Modalidades
  - 96. Significado prático
  - 97. Relações entre costume e lei
  - 98. A relevância do costume à luz das regras legais
  - 99. Aplicação pelos órgãos públicos
  - 100. Usos

##### CAP. IV – A JURISPRUDÊNCIA



## **Divisão Académica**

- 101. A visão clássica do papel da jurisprudência
- 102. A elaboração jurisprudencial do Direito
- 103. A uniformização da jurisprudência
- 104. Decisões com força obrigatória geral

### **CAP. V – A CIÊNCIA DO DIREITO**

- 105. A ciência jurídica como fonte de conhecimento jurídico

## **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II**

### **PARTE II – TEORIA GERAL DO DIREITO (CONTINUAÇÃO)**

#### **TÍTULO III – SISTEMÁTICA JURÍDICA**

##### **CAP. I – RAMOS DO DIREITO**

- 106. Noção de ramo do Direito
- 107. Direito privado e Direito público
- 108. Direito Internacional Público
- 109. Direito da União Europeia
- 110. Direito Internacional Privado
- 111. Ramos do Direito público. Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Penal
- 112. Direito Privado e Direito Civil
- 113. A classificação germânica dos ramos do Direito Civil. Remissão
- 114. Direito das Obrigações
- 115. Direito das Coisas
- 116. Direito da Família
- 117. Direito das Sucessões
- 118. Direito da Personalidade
- 119. Direitos privados especiais - o Direito Comercial
- 120. Direitos privados especiais – o Direito do Trabalho
- 121. Direito Processual

##### **CAP. II – CODIFICAÇÃO E TÉCNICAS LEGISLATIVAS**

- 122. Noção de código e lei avulsa
- 123. Código e compilação
- 124. Significado e valor da codificação
- 125. Principais códigos em vigor
- 126. Partes gerais
- 127. Remissões
- 128. Ficções legais
- 129. Definições e classificações legais
- 130. Presunções
- 131. Conceitos indeterminados
- 132. Cláusulas gerais

##### **CAP. III – O SISTEMA**

## Divisão Académica

- 133. Sistema jurídico – considerações preliminares
- 134. Conceitos jurídicos. Sistema científico de conceitos. Construção
- 135. Sistema normativo – razão de ordem
- 136. Principais conceções sobre o sistema normativo
- 137. Posição adotada
- 138. Os princípios jurídicos
- 139. Relevância prática do sistema normativo

### TÍTULO IV – A REGRA JURÍDICA

#### CAP. I – CARACTERIZAÇÃO

- 140. A regra como critério
- 141. Estrutura
- 142. Regra e imperativo
- 143. Proposições jurídicas incompletas
- 144. Generalidade
- 145. Abstração
- 146. A regra como elemento de um conjunto regulativo. As “regras autónomas”

#### CAP. II – CLASSIFICAÇÃO DAS REGRAS JURÍDICAS

- 147. Regras primárias e regras secundárias
- 148. Regras de conduta e regras de decisão
- 149. Regras injuntivas e dispositivas
- 150. Modalidades de regra injuntiva. Regras precativas e proibitivas
- 151. Modalidades de regra dispositiva. Regras permissivas
- 152. Modalidades de regra dispositiva (cont.). Regras que definem estados e qualidades jurídicas
- 153. Modalidades de regra dispositiva (cont.). Regras interpretativas
- 154. Modalidades de regra dispositiva (cont.). Regras supletivas
- 155. Regras materiais e regras remissivas. Regras de conexão
- 156. Regras gerais, especiais e excepcionais
- 157. “Regras comuns” e “regras particulares”
- 158. “Regras gerais” e “regras locais”
- 159. Da recondução das regras “particulares” e “locais” à categoria das regras especiais

#### CAP. III – HIERARQUIA DAS FONTES E DAS REGRAS

- 160. Identificação do problema
- 161. Hierarquia das fontes

### TÍTULO V – A DETERMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS REGRAS

#### CAP. I – GENERALIDADES

- 162. Identificação do problema

## Divisão Académica

- 163. O esquema lógico da interpretação e aplicação da regra
- 164. A “estrutura” circular do compreender e a importância da “pré-compreensão”
- 165. A interpretação e aplicação das normas como processo dialético
- 166. A conformação e apreciação jurídica da situação de facto. A qualificação

### CAP. II – INTERPRETAÇÃO

- 167. A função da interpretação no processo de aplicação da lei
- 168. Interpretação doutrinal e interpretação autêntica
- 169. Elementos e critérios de interpretação
- 170. O sentido literal e o contexto significativo
- 171. A intenção reguladora do legislador histórico e os critérios teleológico-objectivos
- 172. Conformidade com a Constituição
- 173. Interrelação dos critérios de interpretação
- 174. Resultados da interpretação: interpretação declarativa, restritiva e extensiva
- 175. A dita “interpretação enunciativa”. O argumento “a contrario”
- 176. “Interpretação corretiva” e interpretação ab-rogante
- 177. Interpretação do Direito consuetudinário e dos precedentes

### CAP. III – INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

- 178. Interpretação e integração
- 179. O dever de integrar a lacuna
- 180. Lacuna e situação extrajurídica
- 181. Espécies de lacunas e sua determinação. A redução teleológica
- 182. Integração de lacunas – em geral
- 183. Integração de lacunas: a analogia
- 184. Proibições do uso da analogia
- 185. Integração de lacunas: o recurso a princípios jurídicos. A dita analogia *iuris*, de Direito ou global
- 186. Integração de lacunas: a criação de um critério de decisão pelo intérprete
- 187. Limites à integração de lacunas

### CAP. IV – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

- 188. Identificação do problema
- 189. Direito Intertemporal ou Transitório. Regras de conflitos gerais e especiais
- 190. Regras materiais especiais
- 191. Princípio da irretroatividade. Determinações constitucionais
- 192. Princípio da continuidade das situações jurídicas. Teoria dos direitos adquiridos
- 193. A teoria do facto passado
- 194. Regras de conflitos gerais do art. 12.º CC
- 195. Leis sobre prazos. Previsões de realização continuada e de formação sucessiva
- 196. Leis interpretativas
- 197. Concretização das regras gerais – negócios jurídicos e obrigações
- 198. Cont. – direitos reais
- 199. Cont. – relações de família



### **Divisão Académica**

200. Cont. – sucessões por morte

201. Direito Penal

202. Direito Processual

#### **CAP. V – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO**

203. Aspetos gerais

204. O Direito Interlocal

205. O Direito Internacional Privado

#### **CAP. VI – CONCURSO DE REGRAS E DE COMPLEXOS NORMATIVOS**

206. Modalidades de concurso

207. Critérios de solução

#### **CAP. VII – IGNORÂNCIA DA REGRA E ERRO**

208. A ignorância e a má interpretação da regra

209. Casos de relevância do erro sobre a ilicitude



## Divisão Académica

### Bibliografia

#### BIBLIOGRAFIA GERAL BÁSICA

- ASCENSÃO, José de OLIVEIRA  
2005 – *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.<sup>a</sup> ed., Coimbra.
- CORDEIRO, António MENEZES  
2012 – *Tratado de Direito Civil*, vol. I, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra.
- LARENZ, Karl  
1991 – *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*, 6.<sup>a</sup> ed., Berlim et al. (trad. portuguesa *Metodologia da Ciência do Direito*, 4.<sup>a</sup> ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa).
- SOUSA, Miguel TEIXEIRA DE  
2012 – *Introdução ao Direito*, Coimbra.

#### BIBLIOGRAFIA GERAL COMPLEMENTAR

- AMARAL, Diogo FREITAS DO e Ravi AFONSO PEREIRA  
2004 – *Manual de Introdução ao Direito*, vol. I, Coimbra.
- BRONZE, Fernando José  
2006 – *Lições de Introdução ao Direito*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra.
- FARRAR, John e Anthony DUGDALE  
1990 – *Introduction to Legal Method*, 3.<sup>a</sup> ed., Londres.
- FERRAZ JR., Tercio SAMPAIO  
2013 – *Introdução ao Estudo do Direito*, 7.<sup>a</sup> ed., São Paulo.
- GUASTINI, Riccardo  
1998 – *Teoria e dogmatica delle fonti*, in *Trattato di diritto civile e commerciale*, org. por Antonio Cicu, Francesco Messineo e Luigi Mengoni, vol. I, t. 1, Milão.
- MACHADO, João BAPTISTA  
1983 – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra.
- MARQUES, J. DIAS  
1994 – *Introdução ao Estudo do Direito*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa.
- MENDES, João de CASTRO, Miguel TEIXEIRA DE SOUSA e Diogo COSTA GONÇALVES  
2010 – *Introdução ao Estudo do Direito*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa.
- NEVES, A. CASTANHEIRA  
s.d. – *Curso de Introdução ao Estudo do Direito*, Coimbra.  
1993 – *Metodologia Jurídica. Problemas fundamentais*, Coimbra.
- OTERO, PAULO  
1998/1999 – *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, vol. I, 2 tomos, Lisboa.
- RÖHL, KLAUS e HANS RÖHL  
2008 – *Allgemeine Rechtslehre*, 3.<sup>a</sup> ed., Colónia e Munique.
- SILVA, Germano MARQUES DA  
2007 – *Introdução ao Estudo do Direito*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa.
- SOUSA, MARCELO REBELO DE e SOFIA GALVÃO  
2000 – *Introdução ao Estudo do Direito*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa.
- TELLES, INOCÊNCIO GALVÃO  
1999/2000 – *Introdução ao Estudo do Direito*, vol. I – 11.<sup>a</sup> ed. (1999), vol. II – 10.<sup>a</sup> ed. (2000), Coimbra.
- TERRÉ, François  
2015 – *Introduction générale au droit*, 10.<sup>a</sup> ed., Paris.



### **Divisão Académica**

ZIPPELIUS, Reinhold

2011 – *Einführung in das Recht*, 6.<sup>a</sup> ed., Munique.

2012 – *Juristische Methodenlehre*, 11.<sup>a</sup> ed., Munique.